

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 4

Atena
Editora
Ano 2020

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 4

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural
 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de
 Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-30-6

DOI 10.22533/at.ed.306201302

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
 3. Educação – Inclusão social. I. Monteiro, Solange Aparecida de
 Souza.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Brinquedo que for dado, criança brinca
brincando com fardado, criança grita
mas se leva pro sarau, a criança rima
(Carnevalli, Rafael, 2015)

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, é articular, acompanhar, intervir e executar e o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola e de acordo com o disposto na Lei no 9394/96, Título II, Art. 2o: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. A obra “A EDUCAÇÃO EM SUAS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, POLÍTICA,

SOCIAL E CULTURAL” em seus 04 volumes compostos por capítulos em que os autores abordam pesquisas científicas e inovações educacionais, tecnológicas aplicadas em diversas áreas da educação e dos processos de ensino. Esta obra ainda reúne discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação, considerando perspectivas de abordagens desenvolvidas em estudos e orientações por professores da pós-graduação em educação de universidades públicas de diferentes regiões/lugares do Brasil. Essa diversidade permite aos interessados na pesquisa em educação considerando a sua diversidade e na aproximação dos textos percebe-se a polifonia de ideias de professores e alunos pesquisadores de diferentes programas formativos e instituições de ensino superior, podendo também cada leitor se perceber na condição de autor de suas escolhas e bricolagens teórico-metodológicas.

Entendemos que esses dois caminhos, apesar de diferentes, devem ser traçados simultaneamente, pois essas aprendizagens não são pré-requisito uma da outra; essas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo. Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que ele está inserido em um mundo letrado. Segundo a educadora Telma Weiz, “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Este desafio requer trabalho planejado, constante e diário, além de conhecimento sobre as teorias e atualizações. Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do binômio quantidade versus qualidade. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (GILLES DELEUZE, A literatura e a vida. In: Crítica e Clínica) Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes de tornar-se um projeto real. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem vez se fazem ouvir, revertendo à hierarquia do sistema autoritário. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE NA ESCOLA: O MUNICÍPIO DE ITAPETINGA - BA EM DISCUSSÃO	
Murilo Marques Scaldaferrri Jamine Barros Oliveira Araújo Gabriela Sousa Rêgo Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.3062013021	
CAPÍTULO 2	9
POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ESTADO DO AMAZONAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE REGIONAL	
Izoni de Souza Trindade Rosimeri da Silva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.3062013022	
CAPÍTULO 3	20
PRÁTICA EDUCATIVA NO AEE: ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Thalia Costa Medeiros Najra Danny Pereira Lima Mayanny da Silva Lima Gilma Sannyelle Silva Rocha Marcus Vinicius da Rocha Santos da Silva Maria Camila da Silva Mychelle Maria Santos de Oliveira Telma de Jesus Lima Sá Nascimento Mariangela Santana Guimarães Santos Maria Helena Rodrigues Bezerra Francidalma Soares Sousa Carvalho Filha Ana Paula Carvalho de Alencar	
DOI 10.22533/at.ed.3062013023	
CAPÍTULO 4	34
PRÁTICAS DOCENTES DE LEITURA E ESCRITA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	
Heronita Maria Dantas de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.3062013024	
CAPÍTULO 5	45
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA BILÍNGUE NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA	
Nereda Lima de Carvalho Cleres Carvalho do Nascimento Silva Hávila Sâmua Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3062013025	

CAPÍTULO 6	54
PROCESSOS DE LEITURA E ESCRITA: MOVIMENTOS DE INVENÇÃO PARA PENSAR A EDUCAÇÃO E PESQUISAS OUTRAS	
Ana Cláudia Barin Angélica Neuscharank Vivien Kelling Cardonetti	
DOI 10.22533/at.ed.3062013026	
CAPÍTULO 7	69
PROFESSORA OU TIA? IMPRESSÕES DE PROFESSORAS DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE BLUMENAU/SC	
Jessica Rautenberg Júlia Graciela de Souza Antonio José Müller	
DOI 10.22533/at.ed.3062013027	
CAPÍTULO 8	75
PROJETO PEDAGÓGICO CULTURAL: O CARÁTER <i>SUI GENERIS</i> DE UMA ESCOLA RESIDÊNCIA INOVADORA	
Mateus Geraldo Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.3062013028	
CAPÍTULO 9	95
A PROPOSTA DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB O PRISMA DOS ESTÁGIOS MORAIS DE LAWRENCE KOHLBERG	
Vágner Silva da Cunha Silvana Maria Gritti	
DOI 10.22533/at.ed.3062013029	
CAPÍTULO 10	105
RECONHECENDO AS DIFERENÇAS E CRIANDO POSSIBILIDADES: UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Maria Rosilene de Sena Rosélia Neres de Sena Marques Italo Rômulo Costa Da Silva Arianne Siqueira Marques Melo Tatielli Costa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.30620130210	
CAPÍTULO 11	113
RECURSOS, ANALOGIAS E ALTERNATIVAS PARA O ENSINO DO ÁTOMO QUÂNTICO NO ENSINO MÉDIO: UMA PROPOSTA DE ENCORAJAMENTO	
Danilo Cardozo Flôres Kamilla Rodrigues Rogerio	
DOI 10.22533/at.ed.30620130211	
CAPÍTULO 12	129
REDES E MÍDIAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE USO POR DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR	
Wilsa Maria Ramos	

Ravena Nóbrega Bufolo
Maria Julia Bueno Spohr
Lisa Ferreira de Miranda
Lucas Santos Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.30620130212

CAPÍTULO 13 143

REFLEXÕES NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

ANDREIA INES DILLENBURG
Aruna Noal Correa
Felipe Pedrozo Maia
Gabriel Marchesan
Mauricio Pase Quatrin
Vanderlan Dupont de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.30620130213

CAPÍTULO 14 158

**REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Mariana Lucas Mendes
Regiane Aparecida da Silva
Cristiane Maria Ribeiro
Cinthia Maria Felício

DOI 10.22533/at.ed.30620130214

CAPÍTULO 15 167

**REFLEXÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE TUTORIA PARA POTENCIALIZAR AS
AÇÕES DE APRENDIZAGEM EM AMBIENTES VIRTUAIS**

Tereza Cristina Mendes Vieira
Grace Fernanda S Nunes

DOI 10.22533/at.ed.30620130215

CAPÍTULO 16 178

**RELAÇÕES ENTRE CURRÍCULO E CULTURA: UMA PERSPECTIVA A PARTIR
DOS VALORES**

Bianca Silva Martins
Denize Amorim Azevedo Mendes
Josely Ferreira Ribeiro
Vanessa Serafim da Silva

DOI 10.22533/at.ed.30620130216

CAPÍTULO 17 187

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: BREVE INCURSÃO SOBRE A LEI Nº 10.639/2003 E
SEUS DESDOBRAMENTOS NOS DISCURSOS DE DOCUMENTOS OFICIAIS**

Taylon Silva Chaves
Raquel Amorim dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.30620130217

CAPÍTULO 18	194
EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO: UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Débora Cristina Machado Cornélio	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
Heitor Messias Reimão de Melo	
Fernando Sabchuk Moreira	
Valquiria Nicola Bandeira	
Carlos Simão Coury Corrêa	
Andreza de Souza Fernandes	
Marilurdes Cruz Borges	
Melissa Camilo	
Monica Soares	
Vanessa Cristina Scaringi	
DOI 10.22533/at.ed.30620130218	
CAPÍTULO 19	216
REVISITANDO A POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO POR CASAIS HOMOSSEXUAIS: ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E CIVIS DA PATERNIDADE HOMOPARENTAL	
Jacson Gross	
DOI 10.22533/at.ed.30620130219	
CAPÍTULO 20	226
SALA VERDE: ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Iomar Maria Salina da Costa	
Leonardo Villela de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.30620130220	
CAPÍTULO 21	239
SER JOVEM E VIVER A JUVENTUDE NO CAMPO: DIÁLOGOS INSURGENTES	
Delson Miranda Santos	
Jurandir de Almeida Araújo	
Deyse Luciano de Jesus Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30620130221	
CAPÍTULO 22	253
SIMULAÇÕES COMPUTACIONAIS PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE FÍSICA	
Cristiane Gomes Guimarães	
Suellen Cristina Moraes Marques	
Renan Júnio Miranda	
Gislayne Elisana Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.30620130222	
CAPÍTULO 23	263
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO NO ENSINO DE QUÍMICA	
Eder Alonso Castro	
DOI 10.22533/at.ed.30620130223	

CAPÍTULO 24	273
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ANÁLISE DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Carlos Erick Brito de Sousa Dionísia Fernanda Paixão Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30620130224	
CAPÍTULO 25	286
UM OLHAR ACERCA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) SOBRE O VIÉS DA EDUCAÇÃO	
Eliana Thomas Lima Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza Lucas Capita Quarto José Fernandes Vilas Netto Tiradentes Fábio Luiz Fully Teixeira Fernanda Castro Manhães	
DOI 10.22533/at.ed.30620130225	
CAPÍTULO 26	293
A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO NA ESCOLA: UMA QUESTÃO VOLTADA PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO E APRENDIZAGEM AOS ALUNOS DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PATOS-PB	
Maria Helena de Lima Gomes e Martins Luciano de Brito Junior Maria das Graças Veloso Marinho de Almeida Veneziano Guedes de Sousa Rêgo	
DOI 10.22533/at.ed.30620130226	
CAPÍTULO 27	304
UMA VISÃO SOBRE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA EM CURSOS DE MÚSICA	
Obadias de Oliveira Cunha Helena de Souza Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.30620130227	
CAPÍTULO 28	313
UTILIZAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO SOCIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO PEDAGÓGICO E CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE EM CURSOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS DE INFORMÁTICA	
Laurentino Augusto Dantas André Carvalho Baida	
DOI 10.22533/at.ed.30620130228	
CAPÍTULO 29	324
VAMOS APRENDER A LER? DISCUTINDO ALGUNS ASPECTOS DO PROCESSO LINGUÍSTICO QUE ENVOLVE A APRENDIZAGEM DA ESCRITA	
Milena Beatriz Vicente Valentim	
DOI 10.22533/at.ed.30620130229	
SOBRE A ORGANIZADORA	338
ÍNDICE REMISSIVO	339

A PROPOSTA DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB O PRISMA DOS ESTÁGIOS MORAIS DE LAWRENCE KOHLBERG

Data de aceite: 31/01/2020

Data de submissão: 24/10/2019

Vágner Silva da Cunha

Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA-
Campus Jaguarão

Jaguarão – Rio Grande Do Sul

<https://www.cnpq.br/cvlattesweb/>

PKG_MENU.menu?f_

cod=34B11AB0D6FB063E505E4053184D59F1

Silvana Maria Gritti

Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA-
Campus Jaguarão

Jaguarão – Rio Grande Do Sul

<http://lattes.cnpq.br/2963822047682216>

RESUMO: O artigo tem o objetivo de discutir a história da infância e suas implicações com a ética e o desenvolvimento do capitalismo. Analisa a evolução da infância no Brasil e discute a suposta capacidade de discernimento social e cultural das crianças e dos adolescentes, em torno do qual são elaborados os argumentos que procuram legitimar a proposta de redução da maioridade penal em nossa pátria. Adotando como pano de fundo para a compreensão do fenômeno supracitado os estágios morais de Kohlberg.

PALAVRAS-CHAVE: infância, capitalismo, estágios morais.

THE PROPOSAL FOR REDUCING CRIMINAL MAJORITY: A CRITICAL ANALYSIS UNDER THE PRISM OF LAWRENCE KOHLBERG'S MORAL STAGES

Partimos do pressuposto de que não podemos conceber a infância, modernamente, como um conceito estático, isto é, uma concepção unilinear do que seja a infância. Esta como todas as construções culturais humanas, é o resultado de uma ação efetiva do homem sobre o meio ambiente num processo de constante criação e recriação, de hábitos, de crenças e costumes, bem como do aprendizado do legado cultural que outorgado pelos antepassados. Por conseguinte a conclusão dos antropologistas é no sentido de que o homem é agente e paciente da cultura (MELO, 1996; RABUSQUE, 1996; LAPLANTINE, 2007).

Em nossa pátria, desde o início de nossa colonização a problemática da construção social da infância é permeada de contrastes e ambiguidades, oriundas da abissal distância entre ricos e pobres, favelas e palacetes, num mesmo espaço geográfico, numa mesma região formando dois brasis

próximos geograficamente e economicamente distantes: o dos abastados e o dos desafortunados (CORSARO, 2011).

No Brasil império não havia diferenciação de aplicação de penas para crianças, jovens e adultas. O entendimento dominante era que as crianças abandonadas deveriam ser recolhidas por instituições de cunho caritativo, como a igreja católica. Por fim cabia ao governo, que detinha o poder político e econômico, auxiliar financeiramente estes estabelecimentos de proteção à infância (BULCÃO, 2002).

Apartir de 1830, com a primeira lei penal do império, começa haver uma distinção em torno da fixação de idade. Os menores de 14 anos não detinham responsabilidade penal, contudo, se um magistrado as considerasse como responsável por seus atos poderiam ser recolhidos às casas de correção até os 17 anos. A partir dos 21 anos, deveriam cumprir as penas nas galés. No Brasil imperial não havia preocupação alguma com o futuro da infância. Prova inequívoca desta assertiva é o fato de que somente após 20 anos de absoluto silêncio começaram as discussões para a elaboração dos regulamentos das respectivas casas de correção; apenas no século XIX as referidas casas entram em funcionamento e neste intercurso de tempo os jovens cumpriam a pena em prisões comuns, convivendo com delinquentes de maior periculosidade (BULCÃO, 2002).

Em meados de 1850 e após a abolição da escravatura, pudemos constatar uma preocupação do governo para com as crianças, uma vez que os pequenos filhos de escravos perambulavam pelos campos e cidades desamparados sem terem o que fazer numa miséria absoluta, relegados a sua própria sorte. O relato de Ana Ribeiro Gois Monteiro, trazido por Shuler, ao visitar a capital da Bahia naquele tempo mostra a gravidade da situação:

A vista das casas enegrecidas, ruas tortuosas frequentadas por moleques maltrapilhos, enfim, gente da ínfima plebe, crianças trabalhadoras, pobres e mendigas, perambulavam e muitas vezes habitavam com as suas famílias as ruas, adros das igrejas e praças, praias e jardins e espaços públicos das cidades (MONTEIRO apud, SHULER, 1999, p. 64).

Ora, com um contingente populacional aumentado, uma vez que os escravos se tornaram livres, não mais pertencendo aos seus senhores, houve um crescimento demográfico das cidades, o mercado de trabalho estando saturado, repleto de negros libertos, estrangeiros que vieram substituir a mão de obra escrava, mulheres e crianças, torna-se necessário criminalizar os pobres para negar-lhes os direitos sociais fundamentais como acesso a terra. Com a independência os juristas da época, criaram as expressões de cunho jurídico “menor” e “menoridade” para designar a responsabilidade penal para aqueles que delinquem (BULCÃO, 2002).

Ainda conforme o mesmo autor as transformações na política econômica no Brasil do alvorecer do século XX causaram crescimento demográfico desenfreado e

aumento no contingente populacional da cidade. A partir destes elementos os riscos a saúde aumentavam em progressão geométrica; logo a infância desamparada começa a ser vista como uma questão de saúde pública pelas elites econômicas e pelo governo federal.

Neste contexto político e histórico entram em cena os médicos e sanitaristas para darem as suas contribuições. Entre as figuras proeminentes desta época destacamos o Dr. Artur Moncorvo Filho:

Ele preconizava uma organização que deveria inspecionar e regular as amas de leite e estudar as condições de vida das crianças pobres providenciar proteção contra o abuso e negligência para com os menores, inspecionar as escolas, fiscalizar o trabalho feminino e de menores na indústria (WADSWORTH, 1999, p.106).

Assim foi realmente feito, o instituto por ele criado atendeu milhões de pessoas, salvando muitas crianças da morte precoce. O museu fundado por Moncorvo Filho recebeu visitas de milhares de pessoas oriundas dos recantos mais longínquos de nosso país e do exterior. Num momento da visita, as recepcionistas do museu alertavam sobre a saúde da meninice. O concurso de robustez elaborado por este médico famoso chamava a atenção para a importância da amamentação no início da vida do bebê. Não obstante, inseriam-se neste chamativo anúncio divulgado pelos meios de comunicação de massa, inúmeros preconceitos de cor e de classe social (WADSWORTH, 1999).

Pode-se dizer que na prática cotidiana e no discurso do médico sanitarista Moncorvo Filho estava cristalizado o pensamento oficial das classes dominantes daquele período. O modelo e o conceito de família era aquele preconizado pelas classes médias e altas da sociedade. A cabeça do casal era a do homem, cabendo à mulher uma função acessória e de inegável subserviência. O cruzamento inter-racial era considerado nocivo ao desenvolvimento do país. As classes baixas consistiam em um verdadeiro estorvo, uma ameaça às elites econômicas. Entretanto, a efetiva agitação dos centros urbanos e o aumento da delinquência juvenil mostravam de forma cristalina que os indigentes não conseguiam por si só reproduzir a força de trabalho. Ora, não tendo como exercer o seu mister, o caminho lógico era a delinquência, a marginalidade social. Para que esta previsão catastrófica não se efetivasse, era preciso amparar a meninice dando-lhe as mínimas condições de existência para efetivação de uma vida digna. O amparo aos desafortunados servia como uma espécie de escudo para os abastados evitando o contato e enfrentamento com a crescente marginalidade.

Embora o caráter ideológico extremamente conservador de Moncorvo Filho e de outros responsáveis pela saúde pública neste passado não tão distante que arrimavam os indigentes com a finalidade precípua de servirem de força de trabalho

para as classes altas, sua atuação destacada foi decisiva para a compreensão da problemática infanto-juvenil que temos hoje. Graças a sua contribuição temos o Primeiro Congresso de Proteção a Infância do Brasil, com ampla repercussão nacional e internacional. As conclusões do referido congresso foram decisivas para que o governo federal implantasse o 12 de outubro como o dia da criança bem como para a criação do Código de Menores de 1927 (WADSEWORTH, 1999).

A partir desta data, temos o Código de Menores criado com a finalidade de dar garantias às crianças e adolescentes por parte do Estado. Os mais pobres viam no juizado, um meio de garantia de alimento, moradia e escola para os seus filhos. Os cidadãos também buscavam amparo no Código para legalizar uma situação já efetivada; crianças e adolescentes que por uma ou outra circunstância estavam sobre a sua guarda (BULCÃO; NASCIMENTO, 2002).

Com a instauração do Código de Menores, duas categorias teóricas ficam bem definidas e delineadas no imaginário social e no ordenamento jurídico de então: crianças ligadas à família, à escola, à igreja que dispensava qualquer tipo de atenção. E por outro, menores filhos de miseráveis que foram abandonados andando dispersos na multidão, perdidos nas praças, avenidas parques, relegados aos asilos e orfanatos. Embora o mérito em ter regulamentado o trabalho infantil, o Código de Menores não tem representado historicamente, um instrumento a serviço da superação da produção de infâncias extremamente desiguais e paradoxais.

Em 1979, houve a reformulação do Código de Menores, pelo decreto número 1793 elaborado por Melo de Matos. Assim, meninos e meninas de rua são definidos então como delinquentes e abandonados. Os juristas definiam o menor como uma pessoa que se encontrava numa situação irregular. A expressão “situação irregular” enfeixa uma significação de “desvio de conduta” contrariando a ordem vigente de então. Constada a referida “situação irregular” o poder judiciário é provocado e então o magistrado (juiz de menores) aplicava a lei que lhe atribuía poderes de defesa, fiscalização e de sentença, saneando a dita irregularidade (MARQUES, OLIVEIRA, NASCIMENTO, MIRANDA, 2002).

Desvela-se então, que a criminalização da infância dos pobres e sua penalização reforçada pelo aparato legal do poder judiciário, não é uma prática recente, mas sim, uma construção histórica e social que esconde e escamoteia os fatores que a produzem.

Assim, constatamos que muitas das situações irregulares que se configuravam, era quando a família não tinha condições de dar uma vida digna para suas crianças e adolescentes. Ora, a inexistência de condições materiais e financeiras é uma realidade que se constrói a revelia das famílias, dos sujeitos sociais, ou seja, o desemprego ou emprego e renda insuficientes para garantir a reprodução da família é uma característica inerente desta sociedade, produzida e organizada, sob a égide

do modo de produção capitalista, que trata os problemas sociais por ela produzidos, a partir de uma perspectiva individual, de ineficiência e incapacidade dos atores sociais, de edificarem condições mínimas para uma existência digna. O que significa dizer que as famílias pobres acabam sendo punidas de forma indevida com a descaracterização da paternidade. Desta forma, a impossibilidade concreta de não dispor de recursos econômicos e de uma estrutura indispensável para a manutenção e geração da vida é oriunda de uma construção social injusta e individualista que deve ser repensada seriamente, por todos os atores sociais que objetivam uma sociedade com a inclusão de todos e para todos a possibilidade de efetivação da cidadania.

Na década de 1980, em virtude dos calorosos debates que culminaram com a Carta Magna de 1988, foi eliminado de nosso ordenamento jurídico o Código de Menores.

Em 13 de julho de 1990, é promulgada a lei Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Este determina a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente, numa articulação harmônica entre os Estados, municípios e Distrito Federal. Para o ECA, é considerado criança a pessoa até 12 anos incompletos, e adolescentes pessoas de 12 a 18 anos. Os direitos fundamentais estatuídos pelo ECA são: direito à vida e a saúde, direito a liberdade, respeito à dignidade, direito a convivência familiar e comunitária, à educação, cultura, esporte e lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho (CERQUEIRA,2005).

Podemos constatar que o Estatuto das Crianças e dos Adolescentes é uma das legislações mais avançadas do mundo, seu caráter protetivo se desvela no entendimento que crianças e adolescentes são pessoas em processo de desenvolvimento devendo ser protegidos pelo Estado e pela comunidade em que está inserido.

Atualmente, já no vigésimo quarto aniversário do ECA esse seu caráter protetivo não foi concretizado. Então, temos um avanço na legislação e um atraso na sua implementação, que coexiste com uma política econômica e social exacerbadamente concentradora e excludente que atingiu em cheio os países do Terceiro Mundo a partir da década de 1980 (recrudescimento das políticas neoliberais), acarretando a intensificação da exclusão social vitimizandocriminalizando e induzindo à criminalidade de jovens e adolescentes.

A ETICIDADE NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A partir da constatação histórica de produção de infâncias desiguais em nosso país, podemos diagnosticar que o capitalismo produz uma sociedade de exclusão. Privilegiando o ter sobre o ser (FROMM,1976), precarizando as relações afetivas

reduzindo-as a um mero comércio, levando a humanidade a uma solidão existencial, pois, o frenesi consumista não saciam a angústia perene do coração humano, como bem acentua o psicólogo Erich Fromm:

Toda nossa cultura se baseia no apetite da compra, na ideia de uma troca mutuamente favorável. A felicidade do homem moderno consiste de olhar as vitrinas das lojas e comprar tudo que esteja em condição de comprar, quer a dinheiro, quer a prazo [...] Assim, duas pessoas se apaixonam quando sentem haver encontrado o melhor objeto de mercado, considerando os limites de seus próprios valores cambiais. [...] Numa cultura que prevalece a orientação mercantil e em que o sucesso material é o valor predominante, pouca razão há para surpresa no fato de seguir a relação do amor humano os mesmos padrões de troca que governam os mercados de utilidade de trabalho (1960, p. 21-22).

Em consonância com Erich Fromm, assim, enuncia Evaristo de Moraes Filho:

Na sociedade capitalista, tudo conspira para o consumo: apelos são feitos pela imprensa, pelo rádio, pela televisão, envoltos na melhor forma de persuasão, diretos ou subliminares, a todas as idades e as pessoas para que determinado produto seja comprado. Engenhosas máquinas de propagando e publicidade, antes mesmo do lançamento de certo produto, despertam no público sua curiosidade e necessidade de consumo. Todos querem o maior número possível de bens conforto, de bens materiais avaliáveis em dinheiro [...] Ainda agora, no momento em que escrevo estas notas, preleciona o papa João Paulo II em Turim que a violência é fruto do consumismo e da extrema superficialidade do ser humano (1984, p. 87).

Continuando nosso raciocínio a partir das exposições de Fromm e de Moraes Filho, constatamos que a moral se constitui em um conjunto de regras tidas como aceitáveis partilhadas por homens dentro de uma cultura representada pela família, sociedade e o Estado. Já a ética passou a denotar a ciência que se ocupa dos objetos morais em todas as suas dimensões, construindo a filosofia da moral. Logo, os princípios basilares que baseiam as decisões humanas ganham relevo. Que critérios filosóficos devem orientar as decisões que devemos tomar? Determinado julgamento é certo ou errado? (BORGES, DALL'AGNOL, DUTRA, 2003). São exemplos de indagações clássicas deste campo de pensamento filosófico.

Ora, se o ser humano é gregário por natureza, como já enunciava Aristóteles, o fundamento filosófico que baliza as decisões humanas é de fundamental relevância, pois a ação tem consequências sociais, ultrapassando os limites do individualismo egoísta de caráter personalista bem como o hedonismo alienante (LIPOVETSKY, 2005). Logo, para decidir, é necessário prudência, cautela, respeito às opiniões contrárias e tolerância a diversidade cultural diversa que permeia a espécie humana (CORTINA, 2001). Eis a pedra de toque da ética preconizada por Boff (1999): cuidar da vida, cuidar do humano, cuidar da natureza que se constitui no nosso verdadeiro lar! Consequentemente cuidar da infância é como garantir o triunfo da vida e a perpetuação da existência humana.

Aí está visível o calcanhar-de-aquiles do capitalismo, presente em todas as suas manifestações históricas: a exclusão por ele causada leva ao individualismo, ao reducionismo das pessoas e das instituições, às leis do mercado, torna-se o centro da existência, transmutando tudo e todos em meras mercadorias, num balcão de negociações insensato, desumano e impessoal. Onde se perscruta a moral e a eticidade no capitalismo, num contexto de recrudescimento do neoliberalismo em que as infâncias não são reconhecidas nem respeitadas? A eticidade do capitalismo se constitui em uma indagação não respondida adequadamente diante do contraditório e conturbado mundo em que vivemos, típicos do atual ciclo da modernidade em que vivemos. Creio firmemente que o capitalismo possui uma verdadeira ética: a ética do lucro!

A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL SOB O PRISMA DOS ESTÁGIOS MORAIS

Atualmente vivemos em um ciclo da modernidade caracterizado por uma sociedade de controle, onde o poder não está mais centrado nos muros, cercas, fortalezas, fronteiras, tendo como marco distintivo o olhar panóptico disciplinando os corpos e a consciência, elementos fundantes da sociedade disciplinar presente no final do século XVIII ao alvorecer do século XX (FOUCAULT, 1987).

Neste mundo de controle presente nas sociedades contemporâneas, constatamos o processo de desterritorialização de povos e nações para que o capital possa circular livremente sem obstáculos em todo o mundo. Podemos considerar de acordo Bauman (2008), que temos a despersonalização de pessoas, culturas e identidades com a diminuição do tamanho do Estado (uma vez que ele é tido como perdulário), corte vertiginoso nas políticas sociais, demissões em massa, privatizações e, por fim, a transferência das funções típicas do Estado para o terceiro setor.

Vive-se um estado de angústia permanente, o que leva os cidadãos a sentirem-se completamente desamparados. Fenômeno interpretado por Bauman, denominado de mal-estar da pós-modernidade (BAUMAN, 1998). Este sentimento permanente de insatisfação contínua leva os cidadãos à busca frenética de um consumismo exacerbado, indício inequívoco da formação de uma sociedade da decepção, onde a liquidez se faz presente (LIPOVETSKY, 1994; BAUMAN, 2001).

Neste terreno, fértil de acirramento do neoliberalismo, a proposta de redução da maioria penal volta à tona para lidar com crianças e adolescentes (os antigos infratores assim definidos pelo antigo Código de Menores), em flagrante oposição aos avanços sociais produzidos pelo ECA (Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Assim, o argumento mais apregoado por aqueles que defendem a redução

da maioridade penal é o do discernimento da juventude, isto é, a capacidade de avaliar atitudes e comportamentos podendo assim ser julgados pelo código penal brasileiro. O juiz de direito Dr. Eder Jorge, exercendo sua jurisdição no estado de Goiás, entende que:

Atualmente o acesso a informação é quase compulsivo, novas tecnologias fazem parte do dia-a-dia das pessoas inclusive dos jovens (telefone, celular, internet, correio eletrônico, rádio, tv aberta e fechada, etc...). São tantos os canais de comunicação que se torna impossível manter-se ilhado aos acontecimentos (2002, p.2).

Neste contexto, o menor entre 16 e 18 anos precisa ser encarado como pessoa capaz de entender as consequências de seus atos. Vale dizer, deve se submeter às sanções de ordem penal. Como exposto, o jovem nesta faixa etária possui plena capacidade de discernimento, sabe e consegue determinar-se de acordo com este entendimento (JORGE, 2002).

No entanto, este parecer não se constitui em uma verdadeira unanimidade. A partir de Kohlberg é possível descortinar um novo olhar referente a esta questão. Lawrence Kohlberg foi psicólogo, doutorou-se em Chicago. Sua tese versava sobre os julgamentos morais. Após concluir seu doutorado, foi docente em Harvard até seu precoce falecimento aos 59 anos de idade. Pelo fato de sua formação e atuação ser na área de psicologia não é muito conhecido no Brasil, embora tenha uma bela contribuição para dar nas ciências sociais (LIMA; RATTON; AZEVEDO, 2014).

Para o professor norte-americano, o desenvolvimento moral se realiza na interação entre o sujeito e a realidade; isto quer dizer que não é apenas um desenvolvimento puramente cognitivo, possuindo inúmeras ramificações na vida social. Ele acredita que os juízos morais não advêm unicamente da genética nem da vida social, mas são os resultados da conjugação entre estes dois fatores: para ele a criança constrói seu senso moral e o faz em relação ao mundo que experimenta (WHITE, 1995). Discípulo de Piaget, é um humanista de pendor cognitivista, afirma que os seus estágios morais estão presentes em toda a cultura, divididos em seis fases morais que são os seguintes:

- 1) Orientação para punição e obediência. Neste estágio a moralidade é entendida em termos de consequências. Se a ação não for punida, está correta; se for aceita, é devido ao fato de ser legítima. Nesta fase de rudimentos o sujeito não percebe os objetivos de outrem, porém percebe distinguir duas propostas morais antagônicas, penso ser inimaginável a complexidade que envolve a construção do discernimento moral em uma sociedade capitalista, centrada no mercado, e este é tido como um meio para a obtenção de um fim previamente determinado que seja o lucro.
- 2) O proceder da pessoa é justificado adquirindo pleno sentido quando produz

prazer, uma vantagem imediata. Neste estágio temos um senso de justiça rudimentar baseado na Pena de Talião: “olho por olho, dente por dente”. Já existe a percepção da existência dos anseios e as aspirações dos demais; contudo, existe a incessante busca de seus próprios objetivos, num egocentrismo palpante.

- 3) A moralidade característica do “bom menino”. O comportamento adequado é baseado em atitudes conformistas e em estereótipos sociais do tipo: a mulher é um ser exclusivamente feito para a maternidade. Parece-me que o meio social em que vivemos é um espaço fértil e favorável à elaboração e internacionalização de preconceitos, e que, nesta fase de seu desenvolvimento, a juventude contemporânea está muito propensa a tais comportamentos.
- 4) A orientação voltada preponderantemente para a lei e a ordem. Acentua-se a fixação de regras tais como o estrito cumprimento do dever legal. Nesta fase a justiça é voltada para a punição dos desviantes. Típica característica presente no período do início da idade adulta.
- 5 e 6) Estes são denominados pós-convencionais. Neste momento as leis não são consideradas válidas pelo fato de serem leis, os cidadãos conseguem distinguir que os costumes e o ordenamento jurídico estatal são injustos, necessitando de alteração em seus paradigmas. No estágio 6, que é o mais alto, o indivíduo é capaz de reconhecer os princípios universais e agir em consonância com eles. Pode haver neste instante a desobediência civil, marco regulatório dos processos revolucionários. Nesta gradação as pessoas não são consideradas como meios, mas como fins, direcionadas a atingir os pilares do legado cultural humano construído de geração em geração (HABERMANS, 1989; WHITE, 2005).

Como podemos constatar, apoiados nos estudos Kohlberg, de que o propalado discernimento dos adolescentes, tão apregoado pela mídia contemporânea, é falso. A verdadeira consciência plena da relevância da lei e da justiça se dá nos estágios 5 e 6, típicos da idade madura, frutos da instrução e da experiência da vida. Assim sendo, julgar crianças e adolescentes pelo Código Penal Brasileiro como pretendem os defensores da redução da maioridade penal, considerando que a juventude se encontra em estágios morais inferiores se constitui num significativo erro de avaliação e injustiça, colocando crianças e adolescentes numa condição de cidadania subalterna.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmund. O Mal-estar da Pós Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

- BOFF, Leonardo. Saber Cuidar: ética do humano, compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BORGES, Maria de Lurdes; DALL'AGNOL, Darlei; DUTRA, Delamar Volpato. Ética. Rio de Janeiro: DPEA, 2003. BRASIL, Lei nº 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA.
- BULCÃO, Irene. A Produção de Infâncias Desiguais. In: NASCIMENTO, Maria Lúcia (org.) Pivetes: a produção de infâncias desiguais. Rio de Janeiro: Intertexto, 2002, p. 61-73. BULCÃO, Irene; NASCIMENTO, Maria Lúcia do. O Estado Protetor e a Proteção por proximidade. In: NASCIMENTO, Maria Lúcia (org.) Pivetes: a produção de infâncias desiguais. Rio de Janeiro: Intertexto, 2002, p. 52-60.
- CERQUEIRA, Tales Tácito Pontes Luz de Pádua. Manual do Estatuto da Criança e do Adolescente: teoria e prática. São Paulo: Premier Máxima, 2005.
- CORTINA, Adela. Cidadãos do Mundo: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Ed. Loyola. 2001.
- CORSARO, William A. Sociologia da Infância. Porto Alegre: Artmed, 2011. FILHO, Evaristo de Moraes. O Direito e a Ordem Democrática. São Paulo: LTR, 1994. FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 1997. FROMM, Evaristo de Moraes. A Arte de Amar. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960. Ter ou Ser? Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- HABERMANS, Jurgen. A Consciência Moral e o Agir Comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999. HEYWOOD, Colin. Uma História da Infância. Porto Alegre: Artmed, 2004. JORGE, Eder. Redução da Maioridade Penal. Disponível em <http://jus2ual.com.br/doutrina/texto.asp?=-3374> acessado em: 20/05/2014
- LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- LIPOVETSKY, Gilles. A Era do Vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. São Paulo: Manole, 2005. A Sociedade da Decepção. São Paulo, Manoele, 2007.
- LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2014. MARQUES, Ana Elisa Alexandrino; OLIVEIRA, Flávia Guterres;
- NASCIMENTO, Maria Lúcia do; MIRANDA, Paula Corrêa de. Mecânicas de Exclusão no Espaço de Juizado de Menores: Reflexões acerca das práticas e discussões do comissário de vigilância. Revista Brasileira de Infância, n. 37, vol. 19, ANPUH, Semestral, 1999, p. 144-165.
- MELO, Luis Gonzaga de. Antropologia Cultural: iniciação, teoria e temas. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsaro de. Menino e Meninas de Rua: Impasse e dissonância na construção da criança e do adolescente na República Velha. Revista Brasileira da Infância, n. 37, vol 19, ANPUH, semestral, 1999, p. 85- 102.
- SHUELLER, Alessandra F. Martinez. Crianças e Escolas na Passagem do Império à República. Revista Brasileira de História da Infância, n. 37, vol. 19, ANPUH, semestral, 1999, p. 59-84.
- WADSWORTH, James. Moncorvo Filho e o Problema da Infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. Revista Brasileira de História da Infância, n 37, vol. 19, ANPUH, semestral, 1999, p. 103-124;
- WHITE, Stephen K. Razão, Justiça e Modernidade. São Paulo: Ícone, 1995.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 127, 175, 237, 324, 326, 327, 328, 329, 332, 333, 334, 335, 336, 337

Ambientes virtuais 131, 133, 140, 167, 174

Analogias 113, 114, 117, 118, 122, 123, 124, 127, 277

Átomos 113, 114, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 126, 127

B

Brinquedo 158, 161, 162, 164, 294

C

Capitalismo 12, 67, 95, 99, 101

Cartografia 54, 56, 57, 62, 65, 67

Criança 1, 2, 3, 4, 6, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 68, 69, 70, 72, 73, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 111, 112, 133, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 184, 200, 203, 204, 205, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 287, 288, 289, 290, 292, 294, 295, 299, 305, 306, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337

D

Desenvolvimento profissional 129, 301

E

Educação a distância 15, 113, 134, 141, 142, 167, 168, 169, 170, 172, 175, 176, 177, 273, 274, 285

Educação de qualidade 9, 26, 28, 49

Educação inclusiva adaptação curricular 21

Educação infantil 4, 14, 46, 69, 70, 71, 73, 74, 78, 158, 159, 160, 165, 166

Educação profissional 143, 144, 145, 146, 147, 148, 155, 156, 157, 237, 314, 322, 323

Ensino de química 113, 117, 118, 127, 128, 263, 267, 268, 269, 270, 272

Escrita 12, 13, 16, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 110, 120, 135, 151, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 332, 333, 334, 335, 336, 337

Estágios morais 95, 101, 102, 103

Estratégia 3, 4, 7, 8, 53, 117, 167, 214, 236, 320

Exclusão 45, 99, 101, 104, 105, 110, 184, 189, 198, 221, 229, 326, 327

F

Formação de professores 32, 43, 48, 143, 144, 146, 147, 148, 152, 154, 155, 156, 157, 185, 252, 284, 285, 301, 305, 306, 311

Formação em serviço 9, 11, 16, 17

G

Gênero 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 191, 217

Gestão democrática 75, 76, 77, 84, 85, 89, 94

I

Inclusão 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 49, 80, 99, 105, 106, 121, 155, 184, 196, 203, 210, 221, 230, 237, 241, 267, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 309

Infância 8, 12, 22, 37, 63, 67, 68, 95, 96, 97, 98, 100, 104, 159, 166, 240, 289

L

Leitura 11, 12, 25, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 68, 76, 83, 89, 107, 110, 121, 122, 137, 146, 211, 212, 217, 223, 257, 278, 324, 329, 330, 333, 334, 335, 336

Letramento 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 324, 326, 327, 329, 331

Linearidade 75, 85, 88

M

Mídias sociais 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

Modelo quântico 113, 119, 122

P

Paulo Freire 36, 69, 70, 71, 109, 276

Pesquisas em educação e artes 54

Planejamento escolar 28, 75

Políticas de formação continuada 9

Políticas públicas 1, 11, 12, 15, 16, 32, 105, 169, 184, 185, 189, 191, 195, 198, 226, 230, 240, 250, 251, 252, 264, 270, 271, 315, 318, 319

Práticas de uso 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Práticas docentes 34, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 150, 283

Professora – tia 69

R

Regimento escolar 75, 77

S

Saúde na escola 1, 3, 4, 6, 7

T

Tecnológica 78, 93, 127, 143, 144, 145, 146, 147, 156, 157, 254, 262, 265, 266, 269, 276, 314, 315, 317, 323

Transtorno do espectro autista 20, 21, 22, 23, 33, 286, 287, 288

 **Atena**
Editora

2 0 2 0